Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.10, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v10i1.3662

AS CONSEQUÊNCIAS DO ARMAMENTO E DO DESARMAMENTO NA SOCIEDADE BRASILEIRA

THE CONSEQUENCES OF ARMAMENT AND DISARMAMENT IN BRAZILIAN SOCIETY

Marina Cristina Gomes Xavier
Acadêmica do curso de Direito da Faculdade
Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni. Brasil.
E-mail: maaxavier2605@gmail.com

SyarlaSilva Abreu Silveira
Acadêmica do curso de Direito da Faculdade
Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni. Brasil.
E-mail: sa.syarlaabreu@gmail.com

Thailane Gonçalves Vieira
Acadêmica do curso de Direito da Faculdade
Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni. Brasil.
E-mail: goncalvesvieirathailane@gmail.com

Erica Oliveira Santos Gonçalves
Bacharel em Direito, Especialista em Direito Processual,
Advogada,
Docente do curso de Direito da Faculdade
Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni. Brasil.
E-mail: erica.almenara@gmail.com

Recebido: 10/04/2025–Aceito: 19/05/2025

Resumo

Com este estudo pretende-se discutir a política do desarmamento e do armamento civil implementado no Brasil por mais de 20 anos e suas consequências. Os regulamentos de desarmamento de hoje e sua reflexão. Inicialmente, trabalho analisará o histórico social e cultural do desarmamento do país, em seguida abordaremos sobre como os regulamentos atuais, e como eles lidam com esse tema. Adiante será abordado o reflexo do desarmamento civil em estatísticas de antes e depois de seu implemento, ainda será dado foco aos atuais e constantes ataques nas escolas brasileiras e como tais crimes podem estar ligados a falta de controle da responsabilização da propriedade das armas de fogo. Finalmente, o estudo trará uma análise da ideologia por trás da política e sua reflexão na grande mídia. Sobre as vantagens da pesquisa, isso ocorrerá por indução. Portanto, o texto será analisado as normas legislativas, doutrinas, artigos, livros e estatísticas da fonte principal de notícia para entender todo o processo de implementação da lei de Desarmamento civil em pátria nacional. Sendo assim , pretende-se apontar a eficiência dos desfavorecidos como uma diminuição das políticas de segurança pública projetadas para reduzir o uso de armas, bem como os malefícios do uso indiscriminado dos artefatos. Alisaremos também de um modo geral, a taxa de assassinato e as estatísticas criminais nos últimos anos.

Palavras-chave: Desarmamento Civil; Estatuto do Desarmamento; Ataques nas Escolas; Legítima Defesa; Segurança Pública.

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.10, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v10i1.3662

Abstract

This study intends to discuss the policy of disarmament and civil armament implemented in Brazil for more than 20 years and its consequences. Today's Disarmament Regulations and Their Reflection. Initially, the work will analyze the social and cultural history of disarmament in the country, then we will discuss how the current regulations, and how they deal with this topic. The reflection of civil disarmament in statistics before and after its implementation will be addressed below, focus will also be given to the current and constant attacks on Brazilian schools and how such crimes may be linked to the lack of control over the accountability of firearms ownership. Finally, the study will bring an analysis of the ideology behind the policy and its reflection in the mainstream media. Regarding the advantages of research, this will occur by induction. Therefore, the text will analyze the legislative norms, doctrines, articles, books and statistics of the main source of news to understand the entire process of implementation of the Civil Disarmament Law in the national homeland. Therefore, it is intended to point out the efficiency of the underprivileged as a decrease in public security policies designed to reduce the use of weapons, as well as the harm caused by the indiscriminate use of artifacts. We will also generally smooth out the murder rate and crime statistics in recent years.

Keywords: Civil Disarmament; Disarmament Statute; Attacks on Schools; Legitimate Defense; Public security.

1.Introdução

Este estudo envolve o tema da liberação de armas no Brasil. Especialmente após 2005, em que foi realizada uma discussão feroz entre políticos, especialistas, organizações e sociedade civil sobre a eficácia do desarmamento no brasil.

Inicialmente, Reis Júnior (2013) declara favorável a propriedade das armas deste que esta autorização seja manter armas em residência ou local de trabalho, mas desde que o proprietário da arma o responsável legal do dispositivo. No entanto, atualmente há uma grande discursão social de fato, mesmo com o cumprimento dessas regras, é de fato seguro ter uma arma em casa, pois a mesma ainda estaria à mercê de todos os moradores da residência, e qualquer um poderia fazer mau uso do artefato, como noticiado com frequência nos meios de comunicação. (Junior, 2022).

O fato é que a flexibilização das leis de armas no Brasil voltou a levantar dúvidas, principalmente, se haverá consequências e quais seriam dada a

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v10i1.3662

proliferação de armas no país com o Decreto nº 9685 assinado em 15 de Janeiro de 2019 pelo então presidente republicano Jair Messias Bolsonaro que estipula quais as regras para que o cidadão possa ter em sua posse uma arma. (Reis, 2021).

Em suma, os proprietários de armas acreditam que um aumento no número de civis armados aumenta a sensação de proteção, enquanto os crimes com armas diminuem, mas a realidade que iremos expor é outra.

Este estudo, será conduzido por uma revisão bibliográfica baseada em pesquisas teóricas de grupo biológico em livros, internet, leis e revistas de documentários. O método de dedução que será utilizado será a legislação, súmulas, doutrinas e jurisprudências que abordem sobre o assunto.

Quando a análise dos dados ela será teórica, análise de interpretação, análise crítica e análise histórica. Na estrutura desta pesquisa, a introdução traz a base de consideração na construção deste artigo, por isso fornece um plano para lidar com a propriedade das armas, lista os problemas a serem resolvidos, quando ao corpo do estudo será apresentado o objetivo da pesquisa e tópicos relevantes sobre as consequências do desarmamento, bem como do armamento para a população. Por fim, pretende-se formar uma opinião critica e resolutiva sobre todos assuntos aqui levantados.

1.1 Objetivo Geral

O objetivo do presente estudo é discorrer sobre a gastrite ocasionada pela bactéria *Helicobacterpylori* abordando temas importantes como sua forma de manifestação, sintoma e o possível tratamento, o que se inclui a eficácia/efeito da utilização de plantas medicinais.

1.1. Objetivos

Objetiva-se com este estudo realizar uma pesquisa sobre a Lei 9685, que flexibiliza o uso armas para cidadãos, busca-se também apresentar das consequências dos regulamentos de desarmamento e do armamento livre. Portanto, os objetivos específicos são definidos: introduzir a base histórica e conceitual da

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v10i1.3662

posse armas; apresentar os decretos que flexibilizam o desarmamento bem como suas inconstitucionalidades; Verificar os reflexos e as consequências para a população após a aplicabilidade os referidos decretos e por fim, analisar se há uma conexão entre o armamento livre e os atuais ataques nas escolas no brasil em 2023.

2. Revisão da Literatura

2.1 Breve histórico sobre o armamento brasileiro

Uma das primeiras referências registradas à política de desarmar o povo aparece na Bíblia, 1 Samuel, capítulo 13, versículos 19 e 20, onde se lê:

> **19** Naquela época não havia nem mesmo um único ferreiro em toda a terra de Israel, pois os filisteus não queriam que os hebreus fizessem espadas e lanças. **20** Assim, eles tinham que ir aos filisteus para afiar seus arados, enxadas, machados e foices. (1SM 13:19-20)

Durante o governo dos filisteus, os hebreus foram proibidos de fazer espadas e lanças. Esse controle permitia aos hebreus afiar suas ferramentas de trabalho (enxadas, foices, arados e machados) somente sob a autoridade dos próprios filisteus. (Bíblia Sagrada, 2007).

Desde o início da história da civilização até os dias de hoje, o desarmamento de um povo ou povo tem sido utilizado como forma de dominação sobre ele. Na guerra antiga, uma das punições para os perdedores era a entrega forçada de todas as armas, tornando-os incapazes de responder àqueles que agora os governam.(Junior, 2022).

No Brasil, leis rígidas são aplicadas contra a militância popular. Essas leis foram introduzidas na virada dos séculos 20 e 21. No início da história do país, entre 1603 e 1830, de acordo com os decretos e leis do Reino de Portugal, não era permitido possuir armas de chumbo ou similares. (Garcia e Luz, 2020).

Em 1831, quando o Brasil já não dependia de Portugal, apenas os membros autorizados da Corte da Paz podiam usar armas. A partir de 1890, com a instauração da República, a criminalização do uso de armas de fogo superou os agravantes da

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v10i1.3662

chamada superioridade das armas. A produção de armas de fogo é restrita às autoridades policiais e uma licença é necessária para a produção. (Reis, 2023).

Em 1997, durante a regência de Fernando Henrique Cardoso, foi promulgada a Lei nº 9.437, que colocou o órgão do Ministério da Justiça sob a alçada da Polícia Federal, com atuação em todo o território brasileiro, denominado Sistema Nacional de Armas (SINARM), traz grandes notícias sobre a venda e uso ilegal de armas de fogo. Quem dele se desfizer, levar consigo, declarar à venda é infração única, punida com pena de 1 (um) a 02 (dois) anos de detenção e multa. (Garcia e Luz, 2020).

Em 2003, durante a presidência do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi promulgada a Lei nº 10.826 para reduzir a circulação de armas e coibir o porte ilegal de armas de fogo, essa lei ficou conhecida como Estatuto do Desarmamento. O estatuto se tornou uma das leis de armas mais restritivas do mundo, e o número de armas legais caiu 90% desde que entrou em vigor. (Istoé, 2011).

Em 2016, o impeachment de Dilma Rousseff encerrou 14 anos no poder do Partido dos Trabalhadores (PT), Michel Temer assumiu a presidência da república e flexibilizou pela primeira vez desde 1997, a legislação de armas do país. (Junior, 2022).

No início de 2019, o então presidente Jair Messias Bolsonaro flexibilizou a posse de armas. Desta forma, o já referido decreto que regulamenta o Estatuto do Desarmamento foi completamente abolido, o que já indicava a intenção do novo chefe do poder executivo de prorrogar a vigência do Estatuto do Desarmamento. (Reis, 2023).

2.2. Flexibilização da posse de armas.

Tem havido uma tendência de flexibilização das leis de posse de armas em muitos países, incluindo os Estados Unidos e o Brasil. Nos Estados Unidos, as decisões da Suprema Corte em 2008 e 2010 anularam as leis locais e estaduais que proibiam a posse e o porte de armas (Struck, 2019). Isso levou a uma expansão das leis de porte oculto, que permitem que indivíduos carreguem armas de fogo em público sem deixá-las à vista. No Brasil, o governo Bolsonaro incentivou o

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v10i1.3662

afrouxamento das restrições ao porte e porte de armas como dito anteriormente neste artigo, levando a mudanças legais em 2021 que facilitaram o porte e o porte de armas de fogo pelos cidadão. Essas mudanças incluíram a expansão das leis de porte oculto e a flexibilidade dos critérios e requisitos para a aquisição de armas de fogo (Mazui e Barbiéri, 2019).

Apesar da tendência de flexibilização do porte de armas, há um debate sobre o impacto na segurança pública. Muitos estudos têm mostrado que o alto número de armas nas mãos dos cidadãos pode ter um impacto negativo na segurança pública. No Brasil, o alto índice de criminalidade tem levado a discussões sobre o impacto da flexibilização do acesso a armas no combate ao feminicídio (Viana, 2019). Alguns especialistas argumentam que flexibilizar as leis para facilitar o acesso a armas pode fazer com que as taxas de homicídio voltem a subir no Brasil. Nos Estados Unidos, a recente decisão da Suprema Corte de que uma lei de Nova York que restringe o porte oculto de armas viola a Segunda Emenda provocou mais debates sobre o impacto na segurança pública (Struck, 2019).

A flexibilização das leis de propriedade de armas também levou a um afrouxamento dos requisitos de verificação de antecedentes. No Brasil, as pessoas físicas são obrigadas a comprovar a necessidade de aquisição de arma de fogo e apresentar documentos pessoais, mas não há exigência de comprovação de antecedentes. Nos Estados Unidos, tem havido esforços para afrouxar os requisitos de verificação de antecedentes, que atualmente são exigidos para todas as compras de armas de revendedores licenciados. No entanto, existe a preocupação de que o afrouxamento desses requisitos possa levar a um aumento da violência armada e dos tiroteios em massa (Mazui e Barbiéri, 2019). Assim, o debate sobre o impacto da flexibilização das leis de posse de armas na segurança pública continua.

2.3. Os Decretos nº 5.123/2019, 9.785/2019 e 9.845/2019 e suas inconstitucionalidades

Os decretos nº 5.123/2019, 9.785/2019 e 9.845/2019 foram editados pelo presidente Jair Bolsonaro para regulamentar a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que estabeleceu regras e procedimentos para aquisição, registro, posse e

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v10i1.3662

comercialização de armas de fogo no Brasil (Brandão e Capecchi, 2019). O objetivo desses decretos era facilitar as regulamentações sobre armamento civil e facilitar a posse de armas de fogo (Reis, 2021). No entanto, esses decretos têm sido objeto de contestações legais devido à sua potencial inconstitucionalidade (Adasz, 2015).

Os decretos violam a Constituição brasileira de várias maneiras. Por exemplo, o Decreto nº 9.785/2019 violou o princípio constitucional da separação de poderes ao conceder ao Poder Executivo o poder de legislar sobre matéria que deveria ser de domínio exclusivo do Poder Legislativo (Reis, 2021). Além disso, o Decreto nº 5.123/2019 violou o princípio constitucional do direito à vida ao facilitar a posse de armas de fogo, o que poderia potencialmente aumentar o risco de violência e mortalidade (Brandão e Capecchi, 2019). Essas violações e inconsistências levaram a questionamentos legais e debates sobre o papel do Poder Executivo na regulamentação de armas de fogo no Brasil.

A inconstitucionalidade desses decretos tem implicações significativas para os sistemas jurídico e político no Brasil. As contestações e debates jurídicos em torno desses decretos destacam a importância de respeitar a Constituição brasileira e a separação de poderes entre os poderes executivo, legislativo e judiciário. Além disso, a inconstitucionalidade desses decretos pode levar a mudanças nas regulamentações sobre armamento civil no Brasil, o que pode ter implicações para a segurança pública (Adasz, 2015). Por último, a análise desses decretos e sua inconstitucionalidade ressalta a importância de garantir que a legislação e os regulamentos sejam consistentes com os princípios e valores constitucionais.

2.4. Os reflexos nas estatísticas criminas e as consequências do livre armamento

A correlação entre livre acesso a armas e estatísticas criminais é um tema de muito debate. Enquanto alguns argumentam que o aumento da disponibilidade de armas pode levar ao aumento das taxas de criminalidade, outros acreditam que o direito de portar armas é um direito fundamental que não deve ser restringido. No entanto, as evidências sugerem que existe uma ligação direta entre a disponibilidade de armas e as taxas de criminalidade. No Brasil, por exemplo, onde o acesso a armas

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v10i1.3662

foi facilitado nos últimos anos, houve um aumento perceptível de roubos e violência contra a população (Reis, 2021). Apoiadores do governo associaram a queda dos homicídios em 2019 ao lançamento de armas promovido pelo governo, ignorando a volta do aumento (Santos, 2023). Assim, é fundamental considerar as consequências das armas gratuitas e seu impacto nas estatísticas criminais.

As leis de controle de armas desempenham um papel crucial na redução das taxas de criminalidade. O Estatuto do Desarmamento no Brasil, por exemplo, criou regras mais restritivas para o acesso a armas e mais penalidades para quem descumprir a lei. Em contraste, países com leis de armas mais brandas, como os Estados Unidos, têm taxas mais altas de crimes relacionados a armas de fogo do que países com leis de armas mais rígidas (Almeida, et al., 2022). É importante observar que a autorização de porte de arma de fogo não pode ser vista como um remédio para a redução da criminalidade no Brasil (Reis, 2021). Em vez disso, a implementação de políticas eficazes de controle de armas pode ajudar a reduzir as taxas de criminalidade e garantir a segurança pública.

Ignorar a ligação entre armas e crime pode ter consequências graves. Estudos sugerem que a obtenção de uma arma de fogo pode levar ao aumento das taxas de homicídios, feminicídios e riscos para crianças e adolescentes. Além disso, a presença de armas de fogo dentro de casa pode aumentar o risco de violência doméstica (Santos, 2023). Portanto, é crucial considerar as consequências das armas gratuitas e seu impacto na sociedade. Como os trabalhos acadêmicos trazem os decretos que permitem a posse e porte de armas pelos cidadãos, é importante considerar as consequências das armas gratuitas e como elas podem afetar as estatísticas criminais (Almeida, et al., 2022). O aumento da importação de armas e a facilitação do acesso no Brasil levanta preocupações sobre a violência, destacando a necessidade de leis de controle de armas mais rígidas

2.4.1. As conexões do livre armamento e os ataques as escolas brasileiras em 2023

3. Considerações Finais

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v10i1.3662

Referências

ADASZ, Arnaldo. **Porte de arma federal e a comprovação da efetiva necessidade.** Disponivel em**:** https://jus.com.br/artigos/38525/porte-de-arma-federal-e-a-comprovacao-da-efetiva-necessidade. Acesso em: 16 jul. 2023

ALMEIDA, ET AL. **Os impactos da flexibilização do porte de armas no Brasil**. *Jornal Eletrônico Faculdades Integradas Vianna Júnior*, *14*(1), 21. Recuperado de https://www.jornaleletronicofivj.com.br/jefvj/article/view/844 Acesso em: 26 jul. 2023

BRANDÃO, RODRIGO e CAPECCHI, Daniel. **A inconstitucionalidade dos decretos sobre porte de armas de fogo.** Diponivel em: https://www.conjur.com.br/2019-jun-19/opiniao-inconstitucionalidade-decretos-porte-armas. Acesso em: 26 jul. 2023

BÍBLIA SAGRADA. 7ª edição. São Paulo, SP: Editora Canção Nova, 2007. P 315.

GARCIA, Tarcísio Duarte; LUZ, Marlon Souza. **A EFICIÊNCIA DO ESTATUTO DO DESARMAMENTO NA REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE E HOMICÍDIOS POR ARMA DE FOGO**. Disponivel em:

https://www.unirv.edu.br/conteudos/fckfiles/files/TARCISIO%20DUARTE%20GARCIA.pdf Acesso em: 16 jul. 2023

ISTOÉ, *Da Redação.* **Venda legal de armas já caiu 90% em dez anos** Disponivel em: https://istoe.com.br/133230_VENDA+LEGAL+DE+ARMAS+JA+CAIU+90+EM+DEZ+ANOS/ Acesso em: 15 jul. 2023

JUNIOR. Marcelo Sochossland. **Breve Análise do Estatuto do desarmamento na atualidade.** Disponivel em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/15/bolsonaro-assina-decreto-que-facilita-posse-de-armas.ghtml Acesso em: 20 jul. 2023

MAZUI, Guilherme; BARBIÉRI, Luiz Felipe. **Bolsonaro assina decreto que facilita posse de armas** Disponivel em: https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/24434/1/TCC%20II%20-%20MARCELO%20SCHOSSLAND%20JR%20-%20RA%20152011777.pdf . Acesso em: 16 abr 2023

REIS JÚNIOR, Senivaldo. **Considerações sobre a regulamentação da posse de arma no Brasil.** Disponível em: https://meusitejuridico.editorajuspodivm.com.br/2018/12/31/consideracoessobreregulamentacao-da-posse-de-arma-no-brasil/ Acesso em:17 abr 2023.

REIS, Vinicius Alves dos. ***As consequências do armamento na sociedade brasileira*** Conteudo Juridico, Brasilia-DF: 18 out 2021, 04:46. Disponivel em: https://conteudojuridico.com.br/consulta/artigos/57288/as-consequncias-do-armamento-na-sociedade-brasileira. Acesso em: 17 abr 2023.

SANTOS, Otávio Emanoel Almeida dos. *A restrição das armas de fogo e os reflexos na segurança pública do Brasil* Conteudo Juridico, Brasilia-DF: 20 jun 2023, 04:34. Disponivel em: https://conteudojuridico.com.br/consulta/artigos/61751/a-restrio-das-armas-de-fogo-e-os-reflexos-na-segurana-pblica-do-brasil. Acesso em: 09 ago 2023.

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v10i1.3662

STRUCK, Jean-Philip. **Americanos e armas de fogo, um caso único**. Disponivel em: https://www.dw.com/pt-br/americanos-e-armas-de-fogo-um-caso-%C3%BAnico/a-47259248 . Acesso em: 17 abr 2023.

VIANA, Cleia. **Para especialistas, ampliação do porte de armas de fogo pode aumentar riscos para mulheres.** Disponivel em: https://www.camara.leg.br/noticias/599507-para-especialistas-ampliacao-do-porte-de-armas-de-fogo-pode-aumentar-riscos-para-mulheres/ Acesso em: 22 jun 2023.